



Governo do Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Saúde de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

- 1.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 1.2. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
- 1.3. Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023;
- 1.4. IN nº 58, de 08 de agosto de 2022;
- 1.5. IN nº 65, de 07 de julho de 2021;
- 1.6. IN nº 81, de 25 de novembro de 2022;
- 1.7. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017;
- 1.8. Relação Estadual de Insumos Técnicos (RESIT), 2023;

2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO:

- 2.1. EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS DO GRUPO 12 - CATETER, PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Justificativa da Contratação:

3.1.1. A Constituição Federal estabelece, no seu Artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado e que esse direito deve ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Esse direito constitucional foi regulamentado pela Lei nº 8.080/1990 que, dentre outras ações, estabeleceu que o Sistema Único de Saúde deveria ser estruturado de forma a garantir assistência terapêutica integral, inclusive Assistência Farmacêutica.

3.1.2. A Secretaria de Estado da Saúde é um órgão vinculado ao Governo do Estado de Roraima, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade.

3.1.3. As Unidades da Rede Estadual de Saúde exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e um papel de destaque para a sociedade, além de prestar assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.

3.1.4. A assistência farmacêutica no SUS envolve as atividades de seleção, programação, aquisição, armazenamento e distribuição, controle da qualidade e utilização, o que deverá favorecer a permanente disponibilidade dos produtos segundo as necessidades da população, identificadas com base em critérios epidemiológicos.

3.1.5. A Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que dispõe as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, tais como: Políticas Gerais de Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde; Políticas de Controle de Doenças e Enfrentamento de Agravos de Saúde; Políticas Voltadas à Saúde de Segmentos Populacionais e Políticas de Promoção da Equidade em Saúde.

3.1.6. Os materiais médico-hospitalares do Grupo Cateter, são acessórios ou artigos de apoio médico-hospitalar, que consiste na administração de fluidos, como nutrientes e medicamentos, diretamente em um vaso sanguíneo, por meio de uma agulha ou cateter esterilizado. A infusão de medicamentos nada mais é que a aplicação de medicamentos por via intravenosa, subcutânea e intramuscular para aliviar dores, bem como lidar com diversas condições. Mas sua principal característica está no fato de que as infusões medicinais são fornecidas de acordo com as características de cada paciente, respeitando as suas necessidades e as taxas, os volumes e os intervalos prescritos.

3.1.7. Desse modo, pacientes de diferentes áreas da medicina, incluindo a reumatologia, infectologia, gastroenterologia, dermatologia e muitas outras, beneficiam-se com a infusão de fármacos. Os tratamentos imunobiológicos por meio da infusão, inclusive, são uma das principais tendências da medicina moderna e deve contar com diversas novidades e avanços nos próximos anos.

3.1.8. Ainda, a possibilidade de programação do tratamento traz mais segurança ao processo, já que ele torna viável o preciso controle sobre a dosagem e a velocidade necessária para que o medicamento alcance a corrente sanguínea.

3.1.9. A infusão de medicamentos é usada tanto em casos de emergências, devido à agilidade da administração de drogas quando comparada a dos remédios orais, quanto nos quadros em que o indivíduo deve receber os medicamentos de forma lenta e contínua. Além disso, o gotejamento pode ser realizado por meio de uma bomba de infusão é uma boa alternativa para os pacientes que têm a necessidade de receber os fármacos de forma controlada durante um longo período de tempo.

3.1.10. Alguns materiais aqui listados são utilizados na aferição da pressão arterial invasiva (PAI), sendo um procedimento de extrema importância em UTIs, pois é indicado para pacientes mais críticos, para controle rígido de pressão juntamente com drogas vasoativas. A pressão por este método é medida através de um cateter introduzido na artéria, o qual é conectado em uma coluna líquida.

3.1.11. Mudanças significativas têm ocorrido nas diferentes áreas de conhecimento da medicina a partir da incorporação de novas tecnologias e metodologias de trabalho. Atualmente, os profissionais da área da saúde dispõem de uma série de recursos que podem contribuir ativamente para uma prática mais segura, humanizada e de qualidade para o tratamento dos seus pacientes. Por isso, entender o que é infusão de medicamentos é fundamental no momento atual.

3.1.12. Partindo dessa premissa, a aquisição dos materiais aqui propostos se faz imprescindível e se dará devido à necessidade de suporte e tratamento dos usuários internados nas Unidades de Saúde do Estado.

3.1.13. A Coordenadoria Geral de Assistência Farmacêutica (CGAF/SESAU) é o órgão responsável pelo planejamento, aquisição, estocagem e distribuição dos medicamentos e materiais médico-hospitalares destinados a atender a Rede de Saúde do Estado de Roraima. Diante disso, a CGAF/SESAU necessita adquirir os Insumos do Grupo 12 - CATETER.

3.2. Dos Resultados Pretendidos:

3.2.1. Como resultado, espera-se o abastecimento das Unidades de Saúde do Estado de Roraima, com maior eficiência no desempenho das ações, ampliando as opções terapêuticas aos usuários e servindo de orientação para o uso correto do insumo técnico.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

4.1. Do Levantamento de Mercado:

4.1.1. O levantamento para a demanda foi realizado conforme as solicitações das Unidades ([8168431](#)), a quantidade existente em estoque na CGAF ([9622875](#)), serviços executados por cada Unidade e Análise realizada pelo Núcleo de Insumos Estratégicos ([9622888](#)).

4.1.2. Ressalta-se que o quantitativo apresentado partiu de uma análise apurada do corpo técnico, que tem propriedade para avaliar a real necessidade das Unidades de Saúde.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

5.1. O objeto poderá ser licitado na modalidade Pregão Eletrônico Sob o Sistema de Registro de Preços sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade comuns e que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme definições contidas no Decreto Federal nº 11.462/23 e Lei 14.133/2021, pela hipótese do Art. 6º, inciso XIII:

"bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado";

5.2. É previsto a participação neste processo dos beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006, aplicando no que couber as disposições constantes dos arts. 42 a 49 para licitação exclusiva de Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte-EPP, e demais disposições do DECRETO nº 8.538 de 06 de outubro de 2015.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS:

6.1. Para a aquisição/contratação pretendida será adotado o Sistema de Registro de Preços tendo em vista o objeto requerido que atende à(s) hipótese(s) previstas na **Lei nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.462/23**:

- a) quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- b) quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- c) quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- d) quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- e) sobretudo, assegura um maior controle de um abastecimento eficaz por demanda e distribuição priorizando o abastecimento real das Unidades de Saúde de Alta Complexidade, em conformidade com o orçamento/financeiro existente;
- f) quando for a primeira licitação ou contratação direta para o objeto e o órgão ou a entidade não tiver registro de demandas anteriores;

6.2. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços será a Secretaria de Estado da Saúde.

6.3. O licitante interessado deverá cotar o quantitativo total previsto, excepcionalmente poderá ser admitido em Edital a quantidade mínima a ser proposta. (Art. 82, II, e IV);

6.4. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, convocará os interessados para assinatura da ata de registro de preços e compromisso de fornecimento que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

6.5. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o Parágrafo único do Art. 84 da Lei 14.133/2021. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

6.6. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6.7. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, Art. 95 da Lei 14.133/2021;

6.8. A Ata de Registro de Preços durante sua vigência, poderá ser aderida por qualquer órgão ou entidades da administração pública Estadual ou Municipais, que não tenham participado do certame licitatório, e da comprovação da:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado;
- c) Prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

6.9. A Secretaria de Saúde, órgão gerenciador na condição de único contratante mediante procedimento gerido pela Coordenadoria Setorial de Licitações e Contratações na Saúde, dispensará a publicação da IRP com base no **Art. 86, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/21.**;

7. DA DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO:

7.1. São os constantes do ANEXO I deste Termo de Referência;

7.2. A coluna contendo o código CATMAT apresentados no anexo I deste TR, foram extraídos do site de compras governamentais – www.comprasnet.gov.br, os quais suas especificações encontram-se de acordo com as necessidades da Rede Estadual de Saúde do Estado de Roraima;

7.3. Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no Anexo I e do Comprasnet, prevalecerá o descritivo constante neste Termo.

8. DO MODELO DE FORNECIMENTO:

8.1. Local de Entrega:

8.1.1. O objeto deverá ser entregue no **Almoxarifado da CGAF/SESAU**, situado à **Rua Tambaqui, nº 176, Santa Tereza – Boa Vista/RR, CEP: 69.314-064, Telefone: (95) 98406 - 1026**, E-mail do Núcleo responsável pela gestão do contrato: nie.cgaf@saude.rr.gov.br, E-mail de agendamento das entregas: recebimento_sesrrr@hospllog.com.br, em dia e horário de expediente (segunda a sexta - 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, horário local), sem ônus de frete para o Estado, e acompanhados das respectivas Notas Fiscais.

8.2. Prazo de Entrega:

8.2.1. A empresa vencedora deverá fornecer o objeto, **no prazo máximo de até 30 dias corridos** a contar da última assinatura do Contrato;

8.2.2. **Caso necessário, solicitar prorrogação do prazo de entrega com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data final de entrega**, demonstrando os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, análise e possível aprovação;

8.2.2.1. A prorrogação de prazo de entrega, mediante justificativa da Contratada e com Parecer da Coordenação **só poderá ser autorizada por até 15 (quinze) dias**, não podendo ultrapassar o limite de 1 (uma) prorrogação por entrega;

8.2.3. O ônus do transporte, entrega e descarregamento no endereço indicado **no item 8.1.1 deste TR** é exclusivamente da Contratada;

8.2.4. Os prazos que vierem a coincidir em dia que não haja expediente no órgão ou que o expediente tenha sido reduzido, ficam automaticamente prorrogados ao dia útil seguinte;

9. CONDIÇÃO DE ENTREGA:

9.1. O material objeto deste TR deverá:

9.1.1. Ser de primeiro uso, da linha normal de produção, sendo aplicadas todas as normas e exigências da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e outras legislações pertinentes;

9.1.2. Ser fornecidos em embalagens originais, lacradas e esterilizadas, quando for o caso, contendo a indicação de marca e dados do fabricante, como Razão Social, CNPJ e endereço, trazendo impressa a indicação quantitativa, qualitativa, número de lote, data de fabricação e data de validade e/ou garantia;

9.1.3. Deverão ainda possuir em suas embalagens unitárias, quando for o caso, garantia e/ou validade e demais informações que se façam necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos;

9.1.4. Atender rigorosamente os quantitativos e apresentações solicitadas referente ao ANEXO I;

9.1.5. A entrega dar-se-á somente acompanhada das respectivas notas fiscais, catálogos, folders e/ou manuais com descritivos em português. Caso sejam apresentados em língua estrangeira, eles deverão ser acompanhados da respectiva tradução, com todas as especificações técnicas do produto em língua portuguesa (Brasil);

9.1.6. No ato da entrega será exigido rigorosamente que os objetos do contrato sejam do fabricante e/ou marca registrados na proposta da empresa, quando declarada vencedora do item e/ou lote no certame, bem como que as especificações dos itens sejam as mesmas constantes no certame e, em casos de impossibilidade de entrega do objeto deste, conforme fabricante, marca e/ou especificação ofertada, a Fornecedora deverá Solicitar Troca, justificando a inviabilidade, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da entrega, visando análise e decisão do requerimento por parte do Setor Competente da Administração com anuência do Gestor da Pasta.

9.2. Da **TROCA DE MARCA**, somente serão autorizadas, desde que cumprido os requisitos abaixo:

9.2.1. A contratada deve comprovar o fato superveniente não imputável a ela, que inviabilizou o fornecimento da marca homologada (ex.: descontinuidade do produto pelo fabricante, falta de matéria prima ou caso fortuito ou força maior), comprovado pelo fabricante/e ou a empresa. Além disso, a nova marca ofertada deve ser de qualidade igual ou superior à inicialmente cotada de forma a atender todos os requisitos que foram solicitados neste TR;

9.2.2. A administração analisará e se manifestará quanto à troca de marca, através do Parecer Técnico que avaliará a equivalência técnica dos materiais, mediante a previsão de abastecimento e o interesse da administração, bem como a emergência que o caso requer;

9.2.3. Fica proibido a troca de marca sem anuência da administração, acaso a empresa vencedora, pratique tal conduta, o item será rejeitado em parte ou total sem prejuízo de eventuais sanções, se assim o fizer dolosamente;

9.2.4. Nas condições supracitadas, a troca de marca, deverá ser submetida a Gerência Especial de Cotação – GERCOTPRE/SESAU, para análise dos preços praticados, em compras governamentais, para o produto a ser fornecido podendo resultar em glosa no item homologado, que mediante a ciência da empresa, a glosa ocorrerá no ato da liquidação da Nota Fiscal.

10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

10.1. O material objeto deste Termo de Referência será recebido em conformidade com o disposto no Art. 140, inciso II, da Lei Federal 14.133/21;

10.2. A empresa vencedora deverá comunicar oficialmente via e-mail: **recebimento_sesrrr@hospllog.com.br**, ao Contratante o dia previsto para a entrega no endereço especificado no **item 8** (local e horário de entrega), com antecedência mínima de 48 horas.

10.2.1. PROVISORIAMENTE:

a) De forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

10.2.2. DEFINITIVAMENTE:

a) Por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

b) Após a verificação da qualidade, funcionalidade e quantidade do material, e consequentemente a aceitação;

c) Neste momento, será atestada a respectiva Nota Fiscal, assinada pelo fiscal do contrato.

d) O recebimento definitivo do (s) material (is) não deverá exceder o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório;

10.2.3. Os materiais serão RECUSADOS:

a) O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, com sua funcionalidade, qualidade e especificações constantes na Proposta da Contratada e neste Termo de Referência, devendo ser substituído, à custa da Contratada, sem prejuízo e/ou ônus para a Administração;

b) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

c) Quando apresentarem qualquer defeito durante a verificação de conformidade

d) Nos casos de sinais externos de avaria de transporte ou de qualidade e quantidade do produto, verificados na inspeção do mesmo, este deverá ser substituído por outro com as mesmas características, no prazo de **até 15 (quinze) dias corridos**, a contar da data da comunicação oficial do ocorrido emitida pelo Fiscal do Contrato;

e) Será lavrado o **TERMO DE RECUSA**, no qual se consignarão as desconformidades e motivos da recusa e providências necessárias, devendo o produto ser recolhido e/ou substituído.

10.3. Nos casos de substituição do produto, iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO.

10.4. Os materiais de origem estrangeira deverão constar em suas embalagens as informações em português, para conhecimento e classificação;

11. PRAZO DE VALIDADE E/OU GARANTIA:

11.1. O prazo de validade dos itens na hora da entrega **não deverá ser inferior a 12 (doze) meses**;

11.1.1. Será aceito a entrega dos itens com no mínimo 06 (seis) meses de validade, SOMENTE a partir da apresentação de **TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA DE ITENS DO CONTRATO (ANEXO III)**, no qual a empresa se compromete em trocar os insumos que não forem consumidos até que o prazo de 15 (quinze) dias antes que a validade expire;

11.1.2. Os itens deverão apresentar no ato da entrega: lote, data de fabricação e data de validade, sem rasuras ou emendas;

11.1.3. Os itens que estiverem abaixo do padrão estabelecido na proposta ou que apresentarem qualquer deterioração na qualidade, em razão de quaisquer fatores, ou que apresentem prazo de validade inferior a 12 (doze) meses sem a apresentação do Termo de Compromisso de Troca do item do contrato, poderão ser recusados.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS:

12.1 A preservação do meio ambiente é um dos maiores desafios da humanidade e se tornou uma das grandes preocupações para a população do mundo inteiro, entre os resíduos, um dos mais descartados são os resíduos produzidos pelas áreas da saúde.

12.2 Os resíduos sólidos usualmente conhecidos como lixos, equivalem a todo material humano produzido socialmente, dos mais variados tipos de processos químicos: sólido, líquido e gasoso. Dessa forma, convém dizer que os Resíduos de Serviços da Saúde (RSS) compõem de forma significativa, pelo seu potencial de risco a saúde coletiva e ao meio ambiente, o total de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Esses resíduos podem ser classificados de acordo com seu grau de risco, atividade, duração e efeitos colaterais quando se trata da esfera ambiental e, por outro ângulo, na esfera governamental, a classificação se dá por meio de saúde pública, desastres naturais e incorporação de novos produtos.

12.3 Desta maneira, o descarte de resíduos tem sido alvo de intensos debates e preocupações mundiais, sobretudo, no que tangem as questões de poluição e meio ambiente, uma vez que, os procedimentos técnicos adequados não têm sido usados corretamente para os diferentes resíduos como, por exemplo, materiais biológicos contaminados, objetos perfuro cortantes, substâncias tóxicas, inflamáveis e radiativas. Esses resíduos afetam o meio ambiente de forma imediata que tange a reprodução da humanidade, como: a água, destruindo nascentes, modificação da composição do meio aquático etc., e o ar, com explosões, doenças respiratórias, epidemias etc.

12.4 Nesse sentido, é preciso analisar as questões que englobam o RSS em sua totalidade, não podendo ser pensada apenas no âmbito de transmissão de doenças infecciosas, é preciso ampliar a visão, ganhando corpo na preocupação com a saúde dos trabalhadores que estão diretamente ou indiretamente ligados à área da saúde e a preocupação em preservar o meio ambiente. Desta forma, convém destacar a importância do tratamento e do manuseio correto dos RSS para saúde pública, meio ambiente e saúde dos funcionários.

12.5 A fim de sanar ou minimizar os impactos ambientais, os órgãos governamentais dispõem de um conjunto de leis e agentes fiscalizadores para que o lixo possa ter classificação de acordo com a origem e, neste caso, os resíduos especiais, de tratamento e transporte de acordo com o grau de sua periculosidade até seu destino final.

12.6 Classificação dos resíduos: **GRUPO A** – Resíduo biológico potencialmente infectante. São resíduos com presença de agentes biológicos contendo: líquidos corpóreos, peças anatômicas e lixos sólidos como gaze, sugadores e campos descartáveis. O descarte deve ser feito em lixeira branca de 20L com tampa e pedal em saco branco leitoso. Após atingir 2/3 do volume, é retirado, vedado e colocado no armazenamento temporário. **GRUPO B** - Resíduo Químico-farmacêutico. Substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente: – Metais pesados (Chumbo – embalagem do filme RX), o descarte deve ser feito em pote plástico com tampa. – Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores), o descarte deve ser feito em embalagem original ou garrafa plástica resistente à ruptura, com tampa. – Restos de amálgama o descarte deve ser feito em pote com tampa rosqueável contendo água em seu interior. **GRUPO C** – Resíduo Comum. Resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares. – Lixos de banheiros, cozinhas, peças descartáveis de vestuário, resíduo de gesso, caixas de luva ou outros, resíduos de varrição, flores, podas e jardins. Lixeira de vinte litros com tampa, acionada a pedal com saco preto. **GRUPO D** – Materiais perfuro cortantes, agulhas descartáveis, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, instrumentais quebrados, etc. Efetuar o descarte em embalagem rígida, resistente à punctura, ruptura e vazamento, com tampa e identificada.

12.7 Existe ainda uma série de recomendações por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS) em relação a identificação de sacos de lixo por cor, possibilitando a redução da exposição por contato direto, melhorando as condições de higiene.

12.8 O fim do século XX e o início do século XXI foi marcado pelo desenvolvimento tecnológico e de uma nova cultura de consumo, esse novo modo das relações sociais se cristalizou na expansão do descarte imediato, as circunstâncias geraram demanda por produtos descartáveis de bens duráveis e não duráveis das múltiplas atividades, a exemplo, comércio, hospitais, construção e consumos domésticos, tal fato, em contraponto, afeta diretamente as relações socioambientais, uma vez que o tratamento dos resíduos gerados pelos produtos não acompanham o processo de produção e reprodução do capitalismo. A produção de resíduos, cada vez mais, vem se tornando um desafio para os grandes centros urbanos, uma vez que, a quantidade de lixo produzido vem aumentando significativamente nos últimos anos.

12.9 A área da saúde está intrinsecamente ligada à produção de rejeitos e, desta forma, é indispensável que identifiquemos os processos que esse dado sinaliza, uma vez que, os instrumentos utilizados pelos profissionais da saúde carregam contaminantes de grande risco. Em detrimento disso, os profissionais da saúde devem articular a compreensão de suas atividades de risco com a responsabilidade ambiental, por meio do gerenciamento e manejo dos RSS.

12.10 A falta de procedimento técnico qualificado no trato dos diferentes RSS podem gerar problemas ambientais sem precedentes, podendo gerar infecção hospitalar e epidemias, afetando a qualidade de vida da população, tornando-se preocupante aos órgãos públicos.

12.11 A Secretaria de Estado da Saúde tomou a iniciativa de ter um programa de gerenciamento de resíduos, adotando a lei da logística reversa, que vem para integrar a responsabilidade de toda a cadeia produtiva dos produtos gerados.

12.12 Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010, artigo 3º inciso XII, a definição de logística reversa é “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”. A logística reversa de insumos é uma forma preventiva da geração de resíduos.

12.13 Em relação ao gerenciamento e destinação final de insumos, no Brasil, ainda, não se tem legislação específica em vigor. O assunto é abordado pela RDC N° 306, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e pela Resolução N° 358, do M.A. 2005 dispondo sobre o tratamento e à disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. De acordo com a legislação brasileira, os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os resíduos dos serviços de saúde (RSS) por eles gerados, tendo o dever de atender às normas e exigências legais, desde o momento de sua produção até a sua destinação final.

12.14 Nesse contexto, a SESAU contratou uma empresa especializada para elaborar e executar o programa de gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde de todas as Unidades Estaduais.

13. DAS MARCAS DESCLASSIFICADAS:

13.1 De acordo com o **PARECER 46/2023 SESAUCGAF/NA(9971698)**, não será aceito a marca **BLENTA** (Registro ANVISA N° 81158510034) nas propostas para o **item 26 - CATETER VENOSO CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC) MONO LÚMEN 1,9FR, e a marca/fabricante ALTIUS/KIMAL** (Registro ANVISA N° 81375030011) nas propostas para o **item 14 - CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 3FR**, sob pena de desclassificação.

14. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

14.1. Das Condições Mínimas de Participação no Certame;

14.1.1. Em razão das vedações legais, não poderá participar do procedimento de contratação:

- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta junto ao Governo do Estado de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada;
- O fornecedor impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

- d) O fornecedor declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- e) O fornecedor proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, §8º, inciso V, da Lei nº 9.605/1998 (Atividades Lesivas ao Meio Ambiente).
- f) O fornecedor proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12, da Lei nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa);
- g) Os interessados que por ventura sejam enquadrados nas vedações previstas no Art. 14 da Lei nº 14.133/21;
 - g.1) Entende-se por “participação direta e indireta” nos termos do Art. 9º § 1º da Lei nº 14.133/21 a participação no certame ou procedimento de contratação de empresa em que uma das pessoas listadas no citado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- h) O fornecedor cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste termo;
- i) Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- j) As sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- k) Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- l) A verificação do atendimento das condições indicadas na letra "a" até a letra "e" serão realizadas de forma consolidada por meio de consulta no portal do Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> ou por qualquer outro meio idôneo de consulta.

14.2. Da Justificativa da Vedação de Consórcios:

14.2.1. No que concerne à participação de Consórcios constituídos com finalidade específica e temporária, não serão admitidos na presente Licitação visto que o objeto trata de Aquisição de Bens Comuns de baixa complexidade, sendo plenamente possível que Empresas individualmente constituídas adimplam a obrigação. Ressalta-se que não vislumbramos complexidade nesta aquisição que justifique de forma plausível a participação especial de Consórcios. É cediço que esta forma de Constituição não são dotadas de personalidade jurídica própria e o dever de cumprir e apresentar o rol de documentos elencados no **Art. 15, incisos de I a V da Lei 14.133/21**, o que reforça a desnecessidade de previsão de participação pois acarretaria em maiores burocracias e tempo de análise documental, engessando de certa forma a Licitação.

14.3. Qualificação Técnica:

14.3.1. Observar o **Tópico 13** deste TR referente às marcas que **serão recusadas**, desta forma a(s) proponente (s) deverá (ão) ao tempo da **HABILITAÇÃO** apresentar as documentações:

14.3.1.1. **LICENÇA SANITÁRIA VIGENTE**, devidamente atualizada e válida, emitida pela autoridade sanitária competente dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, compatível com o objeto da licitação, onde constam as atividades que o estabelecimento está apto a exercer;

14.3.1.2. **AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE)**, ativa, emitida pela ANVISA, compatível com o objeto da licitação, devidamente atualizada, de acordo com a RDC nº 16, de 1º de abril de 2014;

14.3.1.3. **REGISTRO DOS PRODUTOS OU DISPENSA DE REGISTRO, VIGENTE E ATUALIZADO**, expedido pela Anvisa, de acordo com a RDC nº 185 de 22 de outubro de 2001, § 1º, ou informar o número dos registros na proposta da empresa, sendo:

14.3.1.3.1. Caso o produto esteja cadastrado na ANVISA como **isento de registro ou registrado em outra categoria esta condição deverá ser comprovada documentalmente**.

14.3.1.3.2. Ficará a cargo do proponente, provar que o produtos objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

14.3.1.4. É facultado à licitante apresentar catálogos, folhetos e amostras, de forma a comprovar sua adequação aos requisitos mínimos estabelecidos, ou endereço eletrônico URL, oficial do fabricante e/ou representante autorizado que possa conter as informações técnicas completas para sua consulta, no entanto, poderão ser solicitadas pela Administração, como documentação complementar, para sanar possíveis dúvidas acerca do objeto, facilitando a análise pelo setor técnico competente;

14.3.1.5. **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, em características e prazos. Se ainda restarem dúvidas, quando da análise, será facultado a esta Secretaria solicitação de outros documentos comprobatórios.

14.4. Da Justificativa de Exigências de Qualificação Técnica:

14.4.1. Da Exigência de Licença Sanitária:

14.4.1.1. Justifica-se a apresentação de licença sanitária vigente, devidamente atualizada e válida, emitida pela autoridade sanitária competente dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, compatível com o objeto da licitação, onde constam as atividades que o estabelecimento está apto a exercer, conforme preconizado nas Leis [5.991/1973](#) e [6.360/1976](#), *in verbis*:

Art. 21 - O comércio, a dispensação, a representação ou distribuição e a importação ou exportação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos será exercido somente por empresas e estabelecimentos licenciados pelo órgão sanitário competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, em conformidade com a legislação supletiva a ser baixada pelos mesmos, respeitadas as disposições desta Lei. (Art. 21, Lei 5991/73).

Art. 1º - Ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária instituídas por esta Lei os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros adiante definidos.

Art. 2º - Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem. (Arts. 1º e 2º, Lei 6360/73).

14.4.1.2. Portanto, a exigência de licenciamento sanitário é compatível com as disposições legais supracitadas.

14.4.2. Da Exigência de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE):

14.4.2.1. Denomina-se Autorização de Funcionamento – AFE o ato de competência da Anvisa que permite o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) [16/2014](#).

14.4.2.2. A AFE é exigida de empresas que realizem atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados ao uso humano, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

14.4.2.3. Justifica-se a exigência de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) ativa, emitida pela ANVISA, compatível com o objeto da licitação, devidamente atualizada, com base na RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, conforme se depreende:

Art. 3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais. Parágrafo único. A AFE é exigida de cada estabelecimento que realiza as atividades descritas no caput com produtos para saúde. (Art. 3º, RDC nº 16/2014).

14.4.2.4. A referida normatização vai de encontro com o disposto na Lei [8.077/2013](#):

Art. 2º O exercício de atividades relacionadas aos produtos referidos no art. 1º da Lei nº 6.360, de 1976, **dependerá de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa** e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

Parágrafo único. As atividades exercidas pela empresa e as respectivas categorias de produtos a elas relacionados constarão expressamente da autorização e do licenciamento referidos no **caput**.

Art. 3º Para o licenciamento de estabelecimentos que exerçam atividades de que trata este Decreto pelas autoridades dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, o estabelecimento deverá:

I - possuir autorização emitida pela Anvisa de que trata o caput do art. 2º ;

14.4.2.5. Assim, compete à Anvisa, autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde, autorizar o funcionamento de empresas de fabricação, distribuição e importação dos produtos, anuir com a importação e exportação e conceder registro desses produtos (art. 7º, incisos VII a IX, da Lei [9.782/1999](#)).

14.4.2.6. Deste modo, por meio da AFE, a Anvisa atesta que verificou e assegurou o cumprimento, pela empresa, de requisitos técnicos essenciais que garantem a qualidade dos serviços prestados.

14.4.2.7. A empresa que não tem a autorização de funcionamento do órgão sanitário competente (ANVISA) comete infração sanitária e está sujeita a pena de advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença e/ou multa, de acordo com o art. 10, inciso IV, da Lei [6.437/1977](#).

14.4.3. Da Exigência do Registro Ativo:

14.4.3.1. Nos termos da Lei nº 6.360/1976, o Registro de Medicamento expedido pela Anvisa, ou a informação do número dos registros dos produtos na proposta, é essencial à comercialização do medicamento, pelo que se justifica sua exigência, senão vejamos:

Art. 12 - Nenhum dos produtos de que trata esta Lei, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde.

§ 1o - A Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - definirá por ato próprio o prazo para renovação do registro dos produtos de que trata esta Lei, não superior a 10 (dez) anos, considerando a natureza do produto e o risco sanitário envolvido na sua utilização.

14.4.3.2. Se o registro tiver vencido, a empresa deverá apresentar cópia do protocolo em que solicita à ANVISA a renovação do certificado nos termos do Art. 12º, Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que trata, entre outras coisas, da revalidação e do cancelamento do registro e RDC [185/2001](#);

14.4.3.3. Caso o produto esteja cadastrado na ANVISA como isento de registro ou registrado em outra categoria, esta condição deverá ser comprovada documentalmente. RDC nº [23/1999](#).

14.4.3.4. Portanto, justifica-se a exigência da apresentação de Registro expedido pela Anvisa, quando couber, ante normatização em vigor, a fim de que a Administração adquira produtos seguros aos seus destinatários, protegendo a saúde pública e garantindo que todas as Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos tenham qualidade, segurança e eficácia verificadas pela Anvisa.

14.4.4. Da Exigência do Atestado de Capacidade Técnica (ACT)

14.4.4.1. Justifica-se a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, pois este documento comprova a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, em características e prazos.

14.4.4.2. A Lei [14.133/2021](#) prevê em seu artigo 67 as disposições relativas à solicitação de atestados pela Administração às empresas licitantes, *in verbis*:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

(...)

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

14.4.4.3. Atestados de capacidade técnica são documentos fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, para quem as atividades foram desempenhadas com pontualidade e qualidade. E nesse documento que o contratante deve certificar detalhadamente que o contratado forneceu determinado bem, executou determinada obra ou prestou determinado serviço satisfatoriamente (TCU, 2010).

14.4.4.4. De acordo com Hely Lopes de Meirelles (2003, p. 56), o Atestado de Capacidade Técnica visa a comprovação da experiência do licitante em relação a objeto similar, senão vejamos:

Por meio desse documento o licitante busca comprovar experiência anterior na execução de atividades similares ao do objeto do certame e demonstrar que possui condições técnicas necessárias e suficientes para cumprir o contrato. Nas licitações realizadas, a comprovação de aptidão, sempre que exigida, será feita mediante atestado ou declaração de capacidade técnica. Nas licitações pertinentes a obras e serviços, o documento de capacitação deverá estar registrado na entidade profissional competente da região a que estiver vinculado o licitante. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 28ª edição. São Paulo: Malheiros, 2003).

14.4.4.5. Nessa etapa de habilitação em licitações, a Administração verifica a documentação dos competidores visando apurar a idoneidade e capacitação do sujeito que será contratado. Nesta fase, são avaliados os documentos relativos ao futuro contratado, pessoa física ou jurídica, e não os aspectos atinentes à proposta (uma vez que a proposta refere-se ao objeto, e é analisada em fase apartada, de classificação e julgamento de propostas).

14.4.4.6. Portanto, o Atestado de Capacidade Técnica, é documento imprescindível para que a Administração seja assertiva na contratação da licitante mais adequada, e deve ser requerido sempre que necessário, alinhado às disposições da legislação em comento.

14.5. Da Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.1. **Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida dentro do prazo de 90 (noventa) dias, anteriores à data da entrega da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade visando a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, conforme **Art. 69 da Lei 14.133/21**.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

15.1. O Estudo Técnico Preliminar embasa os elementos técnicos do Termo de Referência e visa assessorar aos gestores na tomada de decisão quando da abertura ou não de processos de aquisição ou contratação de serviços;

15.2. Logo conforme demonstrado, a aquisição dos insumos propostos se faz necessária, pois tem a finalidade de atender as demandas das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade do Estado de Roraima, para atender os usuários que buscam o SUS. Concluímos o estudo técnico favorável à aquisição através da modalidade **Pregão Eletrônico** com contratação por **Registro de Preço**, por item de **menor preço unitário** dos materiais.

16. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

16.1. Obrigações da Contratada:

16.1.1. As Contratações deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação ou da proposta vencedora e as disposições da Minuta de Contrato.

16.1.2. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a execução do contrato;

16.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados direto e indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de dolo ou em decorrência da má execução, até a efetiva entrega dos equipamentos no endereço estipulado no Item 8.1.1 deste TR, sem ônus de frete para o Estado e acompanhados das respectivas Notas Fiscais e cópia do Empenho;

16.1.3.1. No descritivo da nota fiscal deverá conter o número do contrato, o número do processo, incluindo as entregas feitas por transportadoras;

16.1.4. Substituir no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos** todo e qualquer equipamento/produtos, que vier a apresentar avaria no ato de sua entrega, ou que apresentarem vícios de qualidade ou quantidade que o torne impróprio ou inadequado ao fim a que se destina;

16.1.5. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados por parte da Coordenadoria Geral de Assistência Farmacêutica - CGAF/SESAU e Comissão de Recebimento, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, da mesma, visando o fiel cumprimento do contrato;

16.1.6. Observar todas as exigências de segurança na entrega do Objeto deste Termo de Referência;

16.1.7. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações vigentes: sociais, trabalhistas, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, que resultem na execução do objeto deste instrumento;

16.1.8. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

16.1.9. Da solicitação de prorrogação de prazo de entrega ou da solicitação de troca de marca, somente serão autorizadas desde que cumpridos os requisitos dispostos nos **Itens 8.2.2 e 9.2** e subitens deste TR;

16.1.10. Deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional à SESAU/RR;

16.1.11. Atender ao disposto no **Item 13** do TR;

16.2. Obrigações da Contratante:

16.2.1. Fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias à Contratada para o fiel cumprimento das obrigações decorrentes da aquisição objeto do presente Termo de Referência;

16.2.2. Receber o objeto deste Termo de Referência através do Setor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em conformidade com inciso II, do artigo 140 da Lei federal nº 14.133/21;

16.2.3. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos itens recebidos para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

16.2.4. Não permitir o recebimento do objeto deste em desacordo com o preestabelecido;

16.2.5. Efetuar o pagamento da(s) Nota(s) Fiscal(ais) /Fatura(s) da CONTRATADA, após a efetiva entrega do objeto e/ou serviço e atesto do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na Nota Fiscal;

16.2.6. Providenciar, junto à contratada substituição no prazo máximo de 15 (Quinze) dias todo e qualquer material e/ou serviço, que vier a apresentar avaria/defeito ou ainda em desacordo com o descrito neste Termo de Referência no ato da entrega;

16.2.7. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas durante toda a execução do contrato;

16.2.8. Analisar a solicitação da Contratada, no que se refere à prorrogação de prazo de entrega do objeto e/ ou serviço deste TR, bem como a troca de marca dos produtos licitados, em caso de deferimento.

16.2.9. Providenciar junto a Gerência Especial de Cotação – GERCOTPRE/NP/SESAU/RR, nova cotação de preços dos materiais a fim de verificar preço e qualidade nos casos de prorrogação que trata o **Item 6.5.** ou quando necessário e conveniente para a Administração;

16.2.10. Por fim, providenciar para que o Contrato seja cumprido fielmente por parte da CONTRATADA.

16.3. Fiscalização:

16.3.1. A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por **no mínimo 01 (um) servidor**, doravante denominado FISCAL, designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o Art. 117 da Lei nº 14.133/21, o qual regulamenta a fiscalização dos contratos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Roraima.

16.3.2. O Fiscal de Contrato deve ser, preferencialmente, nomeado dentre servidores efetivos, que não sejam diretamente subordinados à unidade ou a outros setores responsáveis pela elaboração ou gerência do contrato a ser fiscalizado, na respectiva Secretaria ou Órgão de Gestão.

16.3.3. Na hipótese da impossibilidade de atendimento do dispositivo acima, a nomeação do servidor deve ser precedida da devida justificativa;

16.3.4. O Fiscal de Contrato deve ter, preferencialmente, fundado conhecimento técnico atinente ao serviço executado ou produto adquirido, especialmente nos casos que versarem sobre serviços e/ou produtos de natureza não comuns;

16.3.5. É dever do Fiscal do Contrato proceder, previamente ao atestado de cada fatura, a análise de documentos atinentes à regularidade de registros e conformidades quanto às responsabilidades tributárias, previdenciárias, trabalhistas, assim como, quaisquer outros documentos exigidos da Contratada no instrumento contratual;

16.3.6. Uma vez finalizada a execução do contrato e tendo sido devidamente atestado a regular entrega dos produtos adquiridos, o Fiscal do Contrato deverá emitir, neste caso, o ATESTADO DEFINITIVO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL (ANEXO II deste TR), sendo considerado, nesse ato, concluídas as atividades do fiscal frente ao respectivo contrato;

16.3.7. O Fiscal do Contrato que atestar a fatura, nota fiscal, ou documento com igual finalidade, declara neste ato que o serviço ou material a que se refere foi satisfatoriamente prestado ou integralmente fornecido, nos exatos termos e exigências fixadas no termo contratual;

16.3.8. O ateste equivocado quanto à qualidade e condições de entrega do produto ou prestação do serviço, bem como a emissão do Atestado de Recebimento de Material Definitivo ou o Atestado de Realização dos Serviços Definitivos, acima mencionados, constitui ato passivo de responsabilização do servidor, nos termos da legislação em vigor;

16.3.9. A nomeação de servidor público para a execução das atividades de Fiscal de Contrato, nos termos do art. 109, incisos III e VI, da Lei Complementar nº 053/2001, constitui obrigação inerente à atividade do servidor público, notadamente o dever de exercer com zelo e dedicação as atribuições legais e regulamentares essenciais ao cargo, bem como, o cumprimento de ordens superiores, não cabendo alegação de recusa à designação, exceto quando se tratar de ato manifestamente ilegal;

16.3.10. O ANEXO citado neste item de FISCALIZAÇÃO constam neste TR, observando as normativas de referência.

16.4. Das Infrações e Sanções Administrativas:

16.4.1. Os Licitantes/Contratados sujeitam-se às regras e condições estabelecidas neste TR, Minuta de Contrato e no Edital. Em caso de responsabilização administrativa seguirão os termos dos **Artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/21** sem prejuízo de demais providências administrativas cabíveis, configurando-se como **infrações** as seguintes condutas:

- I) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III) dar causa à inexecução total do contrato;
- IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

16.4.2. Serão aplicáveis nas hipóteses de infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/21, as seguintes sanções:

- a) *Advertência* por escrito em caso de atraso injustificado na execução do contrato;
 - a.1) Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **Item 16.4.1. inciso I)** deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) *Multa*;
 - b.1) Multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não sendo inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada aos responsáveis **por qualquer das infrações administrativas** previstas no **subitem 16.4.1 incisos de "I)" a "XII"**, sendo possível a cumulação;
- c) *Impedimento de Licitar e contratar*;
 - c.1) Impedimento de Licitar e contratar, será aplicada aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas nos subitens do **Item 16.4.1 incisos "II), III), IV), V), VI), VII)"** deste Instrumento quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o(s) responsável(is) de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
 - d) *Declaração Idoneidade para licitar ou contratar*, que será precedida de análise jurídica e observará as regras estabelecidas em Lei, da aplicação será de competência exclusiva da Autoridade Máxima do órgão/entidade;
 - d.1.) Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens do **Item 16.4.1. incisos "VIII), IX), X), XI) e XII)** deste Instrumento;
 - d.2.) Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar, aplicável também pelas infrações administrativas previstas nos **subitens 16.4.1. incisos "II), III), IV), V), VI) e VII)"** desde que **justifiquem a imposição de penalidade mais grave** que a sanção de Impedimento estipulada do **Subitem 16.4.2 alíneas c) e c.1)**.
 - d.3) A Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, **pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**.

16.4.3. Se a sanção de multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

16.4.4. Na aplicação das sanções serão observados os princípios norteadores da Administração Pública na dosimetria da sanção, bem como a natureza e gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela decorrerem para a Administração Pública.

16.4.5. As sanções aplicáveis não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.4.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.5. Da Vigência Contratual:

16.5.1. O Prazo de Vigência do Contrato observará o Exercício Financeiro e a Disponibilidade de Créditos Orçamentários conforme prevê o Art. 105 da Lei 14.133/21, iniciado a partir da data da última assinatura tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado;

16.5.2. Na contratação que prever a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato conforme consta do Art. 111 da Lei 14.133/21.

16.6. Da Subcontratação:

16.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16.7. Da Alteração Contratual:

16.7.1. O Regime Jurídico dos Contratos Administrativos confere à Administração as prerrogativas de modificar, extinguir ou fiscalizar a execução, no qual as alterações observarão os casos previstos no **Art. 124** da Lei nº 14.133/21, desde que haja interesse público e as devidas justificativas nas:

I - Alterações Unilaterais pela Administração, nos moldes do Art. 124, inciso I e alíneas "a" e "b";

II - Alterações por Acordo Entre as Partes, nos moldes do Art. 124, inciso II e alíneas "a", "b", "c", "d";

16.7.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o **Item 16.7.1 inciso I**, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

16.7.3. As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

16.7.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

16.8. Da Extinção Contratual:

16.8.1. Constituirão motivos para extinção do contrato as Inexecuções Totais ou Parciais das obrigações, descumprimentos de normas editalícias, prazos, atrasos, razões de interesse público, desde que formalmente motivadas nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em observância ao disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei 14.133/21.

16.8.2. A extinção do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, ou por decisão judicial.

16.8.3. A extinção administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente.

16.8.4. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo;

16.8.5. A extinção por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento;

16.9. Do Reajustamento:

16.9.1. A Nova Lei de Licitações estabelece no Art. 25, §7º, que independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

16.9.2. Poderá ser admitido o primeiro reajuste de contrato com o interregno mínimo de 1 (um) ano tendo como base o Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial Acumulado (IPCA-E) com data-base vinculada à data do orçamento estimado no período contados da data limite para apresentação do orçamento estimado, consoante o Art. 182, Lei 14.133/21;

16.9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1(um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

16.9.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela Legislação então em vigor;

16.9.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente;

16.9.6. Toda e qualquer solicitação de reajuste deverá ser submetida à análise e aprovação do órgão competente da Administração Pública.

16.9.7. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA - E Índice Nacional de Preços ao Consumidor Especial Acumulado, com base na seguinte fórmula:

$R = V \times I$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I = Índice acumulado do período.

16.9.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.9.9. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

17. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

17.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente preferencialmente do BANCO DO BRASIL S/A indicada pela CONTRATADA, até 30 (trinta) dias após o protocolo de entrada da Nota Fiscal devidamente atestada junto à CONTRATANTE;

17.1.1. No dever de pagamento pela Administração relativo a fornecimento de bens ou execução de serviços, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada, salvo quando das preferências do Parágrafo Único do Art. 141, da Lei nº 14.133/2021;

17.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e conta corrente onde deverá ser feito o pagamento via ordem bancária, bem como o número do Processo, do Pregão Eletrônico, Contrato e/ou Empenho e Descrição detalhada dos bens ou serviços faturados;

17.3. Será também observado para o pagamento, o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.335, de 03 de agosto de 2001, alterado pelo Decreto nº 6.618-E, de 08 de setembro de 2005, bem como do Decreto nº 29.468-E de 10 de outubro de 2020;

17.4. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, com as informações que motivaram sua rejeição, para as necessárias correções, contando-se o prazo para pagamento, a sua reapresentação.

17.5. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Governo do Estado de Roraima em favor do FORNECEDOR. Sendo o valor superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário;

17.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

17.7. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).

18. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

18.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 6.887.429,72 (seis milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais e setenta e dois centavos)**, de acordo com os critérios adotados pela Gerência Especial de Cotação GERCOTPRE/NPESAU/RR, conforme **Mapa de Cotação de Preços EP. (11357015)** e **Planilha de Divisão de cotas EP. (11357587)**, cujo os valores nelas contidos são inteira responsabilidade de seus elaboradores.

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

19.1. As despesas decorrentes da aquisição, objeto deste Termo de Referência, ocorrerão à conta dos recursos da Secretaria de Estado da Saúde, conforme os EP. ([10558581](#)).

- a) Programa de Trabalho: 10.302.078.2251;
- b) Elemento de Despesa: 3390.30;
- c) Fonte: 1500.1002 / 1600.0000;
- d) Tipo de Empenho: ESTIMATIVO.

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS

20.1. Os casos omissos e as dúvidas que surgirem quando da execução do objeto, constante deste Termo de Referência serão resolvidos entre as partes contratantes por procedimento administrativo e também utilizando-se meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

20.2. Ressaltamos que o presente Termo de Referência foi elaborado com base nas informações técnicas extraídas do **Estudo Técnico Preliminar EP. (10453874)**, **PARECER nº 46 EP. (9971698)**, **Pedido de Aquisição de Material EP. (10558581)**, **Mapa de Cotação de preços EP. (11357015)**, **Planilha de Divisão de cotas EP. (11357587)** e **Justificativa EP. (11357598)**, cuja as informações nele contida são de inteira responsabilidade dos seus elaboradores e Gestor do Processo **Coordenadoria Geral de Assistência Farmacêutica - CGAF**, sendo de responsabilidade deste Núcleo de Processo acrescentar as informações mínimas necessárias conforme o Art. 6º da Lei 14.133/21.

20.3. A Administração em casos fortuitos e devidamente justificados, se resguarda no direito de modificar as fontes orçamentárias mediante Apostilamento.

21. DOS ANEXOS:

- 21.1. ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E ESTIMATIVA DE QUANTIDADES;
- 21.2. ANEXO II - MODELO ATESTADO DEFINITIVO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL
- 21.3. ANEXO III - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA DE ITENS DO CONTRATO.

Elaborado:

(Assinatura Eletrônica)
ALESSANDRO MAGALHÃES SARAIVA
NPSESAU/GERTRPB

*Revisado e Aprovado:

*NOTA:

O presente Termo de Referência e seus anexos devem ser revisados pelo Gestor do Processo no intuito de verificar se atende aos pré-requisitos para aquisição do objeto, podendo apresentar as considerações que julgar necessárias em despacho próprio para que este Núcleo de Processos proceda com as correções.

(assinado eletronicamente)
CHARLES GONÇALVES SILVA
Coordenador Geral de Assistência Farmacêutica
CGAF/SESAU/RR

Autorizado:

(assinado eletronicamente)
CECÍLIA SMITH LORENZON BASSO
Secretária de Estado da Saúde de Roraima
SESAU/RR

ANEXO I ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

G12 - CATETER						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QUANT.	DIVISÃO DE COTAS	
					CRITÉRIO DE DISPUTA	QUANT. COTAS
1	CATETER BALÃO DE DILATAÇÃO ESOFÁGICA E PILÓRICA. Aplicação: Esôfago e Píloro. Material: Polímero. Dimensão balão: 10 / 11 / 12mm por cerca de 60mm. Comprimento do cateter: cerca de 200cm. Diâmetro do cateter: cerca de 2,3mm. Duplo lúmen, dilatação progressiva, compatível c/ Fio Guia 0,035". Estéril e descartável.	428314	UND	24	EXCLUSIVA	24
2	CATETER BALÃO DE DILATAÇÃO ESOFÁGICA E PILÓRICA. Aplicação: Esôfago e Píloro. Material: Polímero. Dimensão balão: cerca de 12 / 13 / 15mm por cerca de 60mm.	428302	UND	24	EXCLUSIVA	24

	Comprimento do cateter: cerca de 200cm. Diâmetro do cateter: cerca de 2,3mm. Duplo lúmen, dilatação progressiva, compatível c/ Fio Guia 0,035". Estéril e descartável.					
3	CATETER BALÃO DE DILATAÇÃO ESOFÁGICA E PILÓRICA. Aplicação: Esôfago e Píloro. Material: Polímero. Dimensão balão: cerca de 15 / 16 / 18mm por cerca de 60mm. Comprimento do cateter: cerca de 200cm. Diâmetro do cateter: cerca de 2,3mm. Duplo lúmen, dilatação progressiva, compatível c/ Fio Guia 0,035". Estéril e descartável.	428314	UND	24	EXCLUSIVA	24
4	CATETER CENTRAL TOTALMENTE IMPLANTÁVEL 8FR. Tipo de implante: Totalmente Implantável. Matéria prima: Silicone, Reservatório Titânio. Diâmetro: Introdutor cerca de 8FR. Comprimento: até 100cm. Componente: Kit introdutor completo, com válvula antirrefluxo. Estéril e descartável.	437394	KIT	300	AMPLA	225
5	CATETER CENTRAL TOTALMENTE IMPLANTÁVEL 8FR. Tipo de implante: Totalmente Implantável. Matéria prima: Silicone, Reservatório Titânio. Diâmetro: Introdutor cerca de 8FR. Comprimento: até 100cm. Componente: Kit introdutor completo, com válvula antirrefluxo. Estéril e descartável.	437394	KIT		COTA	75
6	CATETER DE ACESSO ARTERIAL para medida da pressão arterial invasiva em artéria femoral ou axilar, em polietileno flexível, um fio guia metálico, uma cânula de punção, um dilatador, conexão luer-lock, tamanho cerca de 4FR x 6cm, agulha cerca de 20G.	457456	UND	1.650	AMPLA	1.238
7	CATETER DE ACESSO ARTERIAL para medida da pressão arterial invasiva em artéria femoral ou axilar, em polietileno flexível, um fio guia metálico, uma cânula de punção, um dilatador, conexão luer-lock, tamanho cerca de 4FR x 6cm, agulha cerca de 20G.	457456	UND		COTA	412
8	CATETER EPIDURAL/PERIDURAL PARA ANESTESIA 16G, comprimento cerca de 100cm, material nylon, revestimento radiopaco, estéril, descartável.	455931	UND	300	EXCLUSIVA	300
9	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 14G. Material Cateter: Polímero Radiopaco. Aplicação: Venoso. Material Agulha: Agulha Aço Inox. Diâmetro: 14G. Comprimento: cerca de 45mm. Conector: Conector Padrão. Componente 1: Câmara Refluxo c/ Filtro e Tampa. Componente 2: C/ Sistema de Segurança segundo a NR-32. Livre de látex. Estéril. Embalagem individual. Codificação por cores.	437175	UND	10.000	EXCLUSIVA	10.000
10	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 16G. Material Cateter: Polímero Radiopaco. Aplicação: Venoso. Material Agulha: Agulha Aço Inox. Diâmetro: 16G. Comprimento: cerca de 45mm. Conector: Conector Padrão. Componente 1: Câmara Refluxo c/ Filtro e Tampa. Componente 2: C/ Sistema de Segurança segundo a NR-32. Livre de látex. Estéril. Embalagem individual. Codificação por cores.	437176	UND	22.000	EXCLUSIVA	22.000
11	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 18G. Material Cateter: Polímero Radiopaco. Aplicação: Venoso. Material Agulha: Agulha Aço Inox. Diâmetro: 18G. Comprimento: cerca de 30mm. Conector: Conector Padrão. Componente 1: Câmara Refluxo c/ Filtro e Tampa. Componente 2: C/ Sistema de Segurança segundo a NR-32. Livre de látex. Estéril. Embalagem individual. Codificação por cores.	437177	UND	176.000	AMPLA	137.353
12	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 18G. Material Cateter: Polímero Radiopaco. Aplicação: Venoso. Material Agulha: Agulha Aço Inox. Diâmetro: 18G. Comprimento: cerca de 30mm. Conector: Conector Padrão. Componente 1: Câmara Refluxo c/ Filtro e Tampa. Componente 2: C/ Sistema de Segurança segundo a NR-32. Livre de látex. Estéril. Embalagem individual. Codificação por cores.	437177	UND		COTA	38.647
13	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 20G. Material Cateter: Polímero Radiopaco. Aplicação: Venoso. Material Agulha: Agulha Aço Inox. Diâmetro: 20G. Comprimento: cerca de 30mm. Conector: Conector Padrão. Componente 1: Câmara Refluxo c/ Filtro e Tampa. Componente 2: C/ Sistema de Segurança segundo a NR-32. Livre de látex. Estéril. Embalagem individual. Codificação por cores.	437178	UND	230.000	AMPLA	191.353
14	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 20G. Material Cateter: Polímero Radiopaco. Aplicação: Venoso. Material Agulha: Agulha Aço Inox. Diâmetro: 20G. Comprimento: cerca de 30mm. Conector: Conector Padrão. Componente 1: Câmara Refluxo c/ Filtro e Tampa. Componente 2: C/ Sistema de Segurança segundo a NR-32. Livre de látex. Estéril. Embalagem individual. Codificação por cores.	437178	UND		COTA	38.647
15	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 22G. Material Cateter: Polímero Radiopaco. Aplicação: Venoso. Material Agulha: Agulha Aço Inox. Diâmetro: 22G. Comprimento: cerca de 25mm. Conector: Conector Padrão. Componente 1: Câmara Refluxo c/ Filtro e Tampa. Componente 2: C/ Sistema de Segurança segundo a NR-32. Livre de látex. Estéril. Embalagem individual. Codificação por cores.	437179	UND	300.000	AMPLA	261.539
16	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 22G. Material Cateter: Polímero Radiopaco. Aplicação: Venoso. Material Agulha: Agulha Aço Inox. Diâmetro: 22G. Comprimento: cerca de 25mm. Conector: Conector Padrão. Componente 1: Câmara Refluxo c/ Filtro e Tampa. Componente 2: C/ Sistema de Segurança segundo a NR-32. Livre de látex. Estéril. Embalagem individual. Codificação por cores.	437179	UND		COTA	38.461
17	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 24G. Material Cateter: Polímero Radiopaco. Aplicação: Venoso. Material Agulha: Agulha Aço Inox. Diâmetro: 24G. Comprimento: cerca de 20mm. Conector: Conector Padrão. Componente 1: Câmara Refluxo c/ Filtro e Tampa. Componente 2: C/ Sistema de Segurança segundo a NR-32. Livre de látex. Estéril. Embalagem individual. Codificação por cores.	437180	UND	170.000	AMPLA	131.539
18	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 24G. Material Cateter: Polímero Radiopaco. Aplicação: Venoso. Material Agulha: Agulha Aço Inox. Diâmetro: 24G. Comprimento:	437180	UND		COTA	38.461

	cerca de 20mm. Conector: Conector Padrão. Componente 1: Câmara Refluxo c/ Filtro e Tampa. Componente 2: C/ Sistema de Segurança segundo a NR-32. Livre de látex. Estéril. Embalagem individual. Codificação por cores.					
19	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 3FR. Aplicação: Venoso. Matéria prima: Poliuretano Radiopaco. Diâmetro: cerca de 3FR. Vias: Duplo Lúmen. Lúmen: cerca de 22G. Comprimento: cerca de 15cm. Tipo fixação: Fixação Subcutânea. Conector: Conectores Padrão, Clamp em todas a vias e Tampas. Componente: Kit Introdutor Completo. Estéril e descartável.	437465	KIT	1.500	AMPLA	1.358
20	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 3FR. Aplicação: Venoso. Matéria prima: Poliuretano Radiopaco. Diâmetro: cerca de 3FR. Vias: Duplo Lúmen. Lúmen: cerca de 22G. Comprimento: cerca de 15cm. Tipo fixação: Fixação Subcutânea. Conector: Conectores Padrão, Clamp em todas a vias e Tampas. Componente: Kit Introdutor Completo. Estéril e descartável.	437465	KIT		COTA	142
21	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 7FR. Aplicação: Venoso. Matéria prima: Poliuretano Radiopaco. Diâmetro: cerca de 7FR. Vias: Duplo Lúmen. Lúmen: cerca de 14 a 18G. Comprimento: cerca de 20cm. Tipo fixação: Fixação Subcutânea. Conector: Conectores Padrão, Clamp em todas a vias e Tampas. Componente: Kit Introdutor Completo. Estéril e descartável.	437298	KIT	6.600	AMPLA	5.817
22	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL DUPLO LÚMEN 7FR. Aplicação: Venoso. Matéria prima: Poliuretano Radiopaco. Diâmetro: cerca de 7FR. Vias: Duplo Lúmen. Lúmen: cerca de 14 a 18G. Comprimento: cerca de 20cm. Tipo fixação: Fixação Subcutânea. Conector: Conectores Padrão, Clamp em todas a vias e Tampas. Componente: Kit Introdutor Completo. Estéril e descartável.	437298	KIT		COTA	783
23	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL TRIPLO LÚMEN 7FR. Aplicação: Venoso. Matéria prima: Poliuretano Radiopaco. Diâmetro: cerca de 7FR. Vias: Triplo Lúmen. Lúmen: cerca de 16 a 18G. Comprimento: cerca de 20cm. Tipo fixação: Fixação Subcutânea. Conector: Conectores Padrão, Clamp em todas a vias e Tampas. Componente: Kit Introdutor Completo. Estéril e descartável.	437302	KIT	2.000	AMPLA	1.500
24	CATETER PARA ACESSO VENOSO CENTRAL TRIPLO LÚMEN 7FR. Aplicação: Venoso. Matéria prima: Poliuretano Radiopaco. Diâmetro: cerca de 7FR. Vias: Triplo Lúmen. Lúmen: cerca de 16 a 18G. Comprimento: cerca de 20cm. Tipo fixação: Fixação Subcutânea. Conector: Conectores Padrão, Clamp em todas a vias e Tampas. Componente: Kit Introdutor Completo. Estéril e descartável.	437302	KIT		COTA	500
25	CATETER UMBILICAL DUPLO LÚMEN 3,5FR. Aplicação: Venoso/Arterial. Tipo Implante: Umbilical. Matéria prima: Poliuretano Radiopaco. Diâmetro: cerca de 3,5FR. Vias: Duplo Lúmen. Comprimento: cerca de 30 a 40cm. Conector: Conectores Padrão, Clamp em todas as vias e Tampas. Estéril e descartável.	NÃO ENCONTRADO	UND	5.200	AMPLA	4.436
26	CATETER UMBILICAL DUPLO LÚMEN 3,5FR. Aplicação: Venoso/Arterial. Tipo Implante: Umbilical. Matéria prima: Poliuretano Radiopaco. Diâmetro: cerca de 3,5FR. Vias: Duplo Lúmen. Comprimento: cerca de 30 a 40cm. Conector: Conectores Padrão, Clamp em todas as vias e Tampas. Estéril e descartável.	NÃO ENCONTRADO	UND		COTA	764
27	CATETER UMBILICAL DUPLO LÚMEN 5FR. Aplicação: Venoso/Arterial. Tipo Implante: Umbilical. Matéria prima: Poliuretano Radiopaco. Diâmetro: cerca de 5FR. Vias: Duplo Lúmen. Comprimento: cerca de 30 a 40cm. Conector: Conectores Padrão, Clamp em todas as vias e Tampas. Estéril e descartável.	437915	UND	300	EXCLUSIVA	300
28	CATETER UMBILICAL MONO LÚMEN 2,5FR. Aplicação: Venoso/Arterial. Tipo Implante: Umbilical. Matéria prima: Poliuretano Radiopaco. Diâmetro: cerca de 2,5FR. Vias: Mono Lúmen. Comprimento: cerca de 30 a 40cm. Conector: Conectores Padrão, Clamp e Tampa. Estéril e descartável.	448700	UND	2.200	AMPLA	1.650
29	CATETER UMBILICAL MONO LÚMEN 2,5FR. Aplicação: Venoso/Arterial. Tipo Implante: Umbilical. Matéria prima: Poliuretano Radiopaco. Diâmetro: cerca de 2,5FR. Vias: Mono Lúmen. Comprimento: cerca de 30 a 40cm. Conector: Conectores Padrão, Clamp e Tampa. Estéril e descartável.	448700	UND		COTA	550
30	CATETER UMBILICAL MONO LÚMEN 4FR. Aplicação: Venoso/Arterial. Tipo Implante: Umbilical. Matéria prima: Poliuretano Radiopaco. Diâmetro: cerca de 4FR. Vias: Mono Lúmen. Comprimento: cerca de 30 a 40cm. Conector: Conectores Padrão, Clamp e Tampa. Estéril e descartável.	437844	UND	1.000	EXCLUSIVA	1.000
31	CATETER PARA HEMOSTASIA - INJETOR DE ESCLEROSE GASTRO com cateter em politetrafluoroetileno (PTFE) e ponta afilada com conexão lateral, tamanho cerca de 2,4mm x 180cm, calibre da agulha cerca de 23G (0,7mm), comprimento da agulha cerca de 6mm. Descartável, estéril, atóxico, apirogênico.	439897	UND	100	EXCLUSIVA	100
32	CATETER VENOSO CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC) DUPLO LÚMEN 2FR. Aplicação: Venoso. Tipo Implante: Inserção Periférica. Matéria prima: Silicone ou Poliuretano radiopaco. Diâmetro: cerca 2FR. Vias: Duplo Lúmen. Comprimento: cerca 30cm. Conector: Conector Padrão, Clamp em todas vias e Tampas. Componente: Kit Introdutor Completo. Graduado. Estéril e descartável.	437471	KIT	2.000	AMPLA	1.578
33	CATETER VENOSO CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC) DUPLO LÚMEN 2FR. Aplicação: Venoso. Tipo Implante: Inserção Periférica. Matéria prima: Silicone ou Poliuretano radiopaco. Diâmetro: cerca 2FR. Vias: Duplo Lúmen.	437471	KIT		COTA	422

	Comprimento: cerca 30cm. Conector: Conector Padrão, Clamp em todas vias e Tampas. Componente: Kit Introdutor Completo. Graduado. Estéril e descartável.					
34	CATETER VENOSO CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC) DUPLO LÚMEN 4FR. Aplicação: Venoso. Tipo Implante: Inserção Periférica. Matéria prima: Silicone ou Poliuretano radiopaco. Diâmetro: cerca 4FR. Vias: Duplo Lúmen. Comprimento: cerca 50cm. Conector: Conector Padrão, Clamp em todas vias e Tampas. Componente: Kit Introdutor Completo. Graduado. Estéril e descartável.	437326	KIT	200	EXCLUSIVA	200
35	CATETER VENOSO CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC) DUPLO LÚMEN 5FR. Aplicação: Venoso. Tipo Implante: Inserção Periférica. Matéria prima: Silicone ou Poliuretano radiopaco. Diâmetro: cerca 5FR. Vias: Duplo Lúmen. Comprimento: cerca 50cm. Conector: Conector Padrão, Clamp em todas vias e Tampas. Componente: Kit Introdutor Completo. Graduado. Estéril e descartável.	437324	KIT	450	AMPLA	338
36	CATETER VENOSO CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC) DUPLO LÚMEN 5FR. Aplicação: Venoso. Tipo Implante: Inserção Periférica. Matéria prima: Silicone ou Poliuretano radiopaco. Diâmetro: cerca 5FR. Vias: Duplo Lúmen. Comprimento: cerca 50cm. Conector: Conector Padrão, Clamp em todas vias e Tampas. Componente: Kit Introdutor Completo. Graduado. Estéril e descartável.	437324	KIT		COTA	112
37	CATETER VENOSO CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC) MONO LÚMEN 1,2 A 1,5FR. Aplicação: Venoso. Tipo Implante: Inserção Periférica. Matéria prima: Silicone ou Poliuretano radiopaco. Diâmetro: cerca de 1,2 a 1,5FR. Vias: Mono Lúmen. Comprimento: cerca 30cm. Conector: Conector Padrão, Clamp e Tampa. Componente: Kit Introdutor Completo. Graduado. Estéril e descartável.	NÃO ENCONTRADO	KIT	1.000	AMPLA	846
38	CATETER VENOSO CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC) MONO LÚMEN 1,2 A 1,5FR. Aplicação: Venoso. Tipo Implante: Inserção Periférica. Matéria prima: Silicone ou Poliuretano radiopaco. Diâmetro: cerca de 1,2 a 1,5FR. Vias: Mono Lúmen. Comprimento: cerca 30cm. Conector: Conector Padrão, Clamp e Tampa. Componente: Kit Introdutor Completo. Graduado. Estéril e descartável.	NÃO ENCONTRADO	KIT		COTA	154
39	CATETER VENOSO CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC) MONO LÚMEN 1,9FR. Aplicação: Venoso. Tipo Implante: Inserção Periférica. Matéria prima: Silicone ou Poliuretano radiopaco. Diâmetro: cerca 1,9FR. Vias: Mono Lúmen. Comprimento: cerca 30cm. Conector: Conector Padrão, Clamp e Tampa. Componente: Kit Introdutor Completo. Graduado. Estéril e descartável.	437360	KIT	2.000	AMPLA	1.777
40	CATETER VENOSO CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA (PICC) MONO LÚMEN 1,9FR. Aplicação: Venoso. Tipo Implante: Inserção Periférica. Matéria prima: Silicone ou Poliuretano radiopaco. Diâmetro: cerca 1,9FR. Vias: Mono Lúmen. Comprimento: cerca 30cm. Conector: Conector Padrão, Clamp e Tampa. Componente: Kit Introdutor Completo. Graduado. Estéril e descartável.	437360	KIT		COTA	223
41	KIT PARA LIGADURA ELÁSTICA DE VARIZES ESOFÁGICAS, com cilindro c/ ponta p/ ligaduras elásticas c/ cerca de 6 unidades, com conjunto aplicador completo. Compatível com todas as marcas de endoscópio. Descartável.	458243	KIT	120	AMPLA	90
42	KIT PARA LIGADURA ELÁSTICA DE VARIZES ESOFÁGICAS, com cilindro c/ ponta p/ ligaduras elásticas c/ cerca de 6 unidades, com conjunto aplicador completo. Compatível com todas as marcas de endoscópio. Descartável.	458243	KIT		COTA	30

ANEXO II
MODELO ATESTADO DEFINITIVO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL

<p>ATESTADO DEFINITIVO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL</p> <p>“Atesto que o(s) material(is) descrito(s) neste documento, foi/foram recebido(s), atendendo as nossas especificações”</p> <p>_____ RR, ____ de _____ de 20 ____.</p> <p align="center">_____ (Nome) (Cargo)</p>
--

ANEXO III
MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA DE ITENS DO CONTRATO

TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA DE ITENS DO CONTRATO

À SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU/RR

COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO NA SAÚDE - COSELC/ SESAU.

PROCESSO Nº: XXXXXXXX
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXXX/20xx
DATA DE ABERTURA: __/__/20__
HORA DE ABERTURA: 00:00h

Eu, _____, abaixo assinado(a), portador da cédula de identidade RG XXXX e inscrito(a) no CPF sob nº XXXXX, proprietário legal da empresa _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, localizado no endereço _____, ME COMPROMETO a efetuar a troca que não forem consumidos até que o prazo de validade expire, junto a Secretaria de Estado da Saúde – SESAU/RR.

E por ser a expressão da verdade, assino o presente, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Cidade/xx, _____ de _____ de 20__.



Documento assinado eletronicamente por **Charles Gonçalves Silva, Coordenador Geral de Assistência Farmacêutica**, em 22/01/2024, às 09:30, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Magalhães Saraiva, Gerente de Núcleo de Credenciamento e Contratualização**, em 22/01/2024, às 09:38, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Cecília Smith Lorenzon Basso, Secretária de Estado da Saúde**, em 22/01/2024, às 10:42, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **11397456** e o código CRC **67C0E3F2**.